





# LA REFORMA FISCAL

## e as classes conservadoras

## Um memorial á Cam

A Associação Commercial dirigiu hoje aos Srs. presidente e mais membros da illustre

comissão de finanças da Câmara dos Deputados, o seguinte memorial:

"A Associação Commercial do Rio de Janeiro, em nome da classe de que é orgão, vem, com o presente, submeter ao V. H. critério dessa Illustrada commissão algumas considerações referentes ao projecto do orçamento da receita geral da Republica para o exercicio de 1920. Sobre a emenda n. 6, apresentada por essa commissão, esta Associação faz, respectivamente, estas ponderações:

1.º - A proposta de substituição de uma separação simples, clara e precisa, para discriminar um systema de sellos para a modalidade nova que pretende fazer ponto. Assim, basta mandar substituir a expressão "sellos de sellos" por "sellos de sellos de sellos", em nome de que a União se obriga nas diversas categorias de activo imposto, o anno em que fôr a emissão de taes sellos. Por essa fôrça caracterizar-se-á que a sellagem entra em um certo regimen, estabelecido

A lei creadora do imposto de consumo não tem, estabelecido a necessidade de organizar um systema que viesse facilitar a fiscalização e ao mesmo tempo auxiliar a estatística, como elemento indispensavel para apreciar o desenvolvimento que um novo imposto vinha trazer á receita publicen. Destes argumentos, a favor da patente de registro, que não é mais do que o uso do nome ou matricula dos commerciantes ou indústrias que operam no producto que lhes é referente. Crear-se, portanto para esta matricula, emolumentos por uma certa graduação explicavel pela propria natureza do serviço; mas augmentar estes emolumentos sem proporções estabelecidas na emenda, é contrariar positivamente a base de sua criação e trazer, pelo menos projectado, uma taxa accessoria do imposto sobre a mesma industria.

Mais vale conservar os emolumentos acidentalmente cobrados com as concessões gratuitas estabelecidas no interesse da própria lei vigente, e apenas alargar o campo de ação para todos aqueles que manipulam ou com-merciem com o artigo, visando sempre o objetivo final. Alias é o pensamento contido no número 2 das especificações da aludida decisão, e que, a despeito dessa engrenagem; mas nessa redação, a palavra "deve" se substituiu pela palavra "representa", e isso se refere a "escritórios comerciais em que se negocia por representação", porquanto não é lógico fazer inserir em patente de registro a verdadeira matrícula — negócios que não podem oferecer base de espécie alguma para estatística ou fiscalização. Tais nego-

transmissões, limitam-se a transmitir ordens que resultem de uma certa clientela às fabricas do interior do Estado do Rio de Janeiro, e sobre amostras, funcionando como intermediários, transmissores de ordens, e não como corretores; não podem ser equiparados a outras diversas categorias estipuladas na emenda. Além do mais, o emolumento, tendo em vista o seu característico, é pesado, lucrando mais o fisco em diminuir o valor desta inscrição e contentar-se com o resultado do aumento de preço criado, que abrange efeito muito mais extensivo, pois sómente um artigo, — o fúteros mil contos, — patentes de registro, cerca de 13.800 a 14.000, Relevar a nota n.º 1.º

(Conclue na Última

tem, inconveniente aspecto dado pela comissão, tem o caracter de imposto de industria e profissão e pelo exaggero de algumas

luxas e superior áquelle; para muitos casos,

que tal facto resultar com evidencia, a dupla incidência de um imposto sobre um mesmo artigo, o que é contrario á nossa lei básica. E a esse preceito já

per que já foi levantada a identidade do imposto de indústrias e profissões e do imposto municipal de licenças e, portanto, razão

Existe para a prudência que agora convém guardar em taxas secundárias e accessorias. Menos justa é também a ampliação contida no n.º 7, porque vale recair sobre todos os produtores de fumo em corda ou em folha dos diferentes Estados de Minas, Goyaz, Bahia, Santa Catharina, Rio Grande e S. Paulo. Todos estes invadros vendem os seus productos nos mercados que lhes parecem mais vantajosos, e com os dispositivos agora estabelecidos ficarão apanhados na rede dos emolumentos deste patente ou serão obrigados a vender na sede da sua lavoura a intermediarios que saberão tirar partido desse cerceamento da liberdade, sem dados para conhecer o valor dos mercados. Além de pessimismo o emolumento projectado, tem elle o grande defeito de incidir sobre artigo — fumo em corda ou em folha — que não está sujeito ao imposto de consumo.

E' com constrangimento que a Associação volta á presença dessa illustre comissão.

para, respeitosamente, insistir sobre a impraticabilidade da colagem de estampilhas com goma forte, nas peças, com determinação de metragem. Em representações anteriores já foi alegada essa impraticabilidade em mu-

**Rio das Velhas sob tre**  
**do temporal**

parte no ranhoto do talão e parte na guia que acompanha a mercadoria, satisfaz completamente a exigência fiscal, uma vez que estes estabelecimentos de produção seja exercida a criteriosa fiscalização correspondente, para deixar que o commercio opere livremente na sua acção divulgadora de qualquer artigo, sem o peizo da intervenção fiscal.

Syphilis em geral. — Cura o Elixir de

Homœopatia Dr. A. Nogueira da

sem o defeito de produzir manchas e dali de-  
terminar depreciação de seu valor, do que o  
consumidor tirará sempre partido; e em al-

**VOTOU, HOJE**

A' hora regimental, o Sr. Antonio assumiu a presidencia e deu inicio ao trabalho da Comissao. O Sr. Antonio de Lemos, Lida e aprovada a nota de encerramento da Comissao.

... não pode estar no pensamento do legislador autorizar a uniformização e systematização de estampilhamento, quando praticamente está sendo demandada a impossibilidade de

Passando-se à ordem do dia foi votada e aprovada, de acordo com o parecer das diversas comissões, até a reunião de 20 dias.

O Sr. Mareilho de Lacerda pedia a  
e discutiu esse projeto, embaixado

no medida impraticável e em representações longamente desenvolvidas, foram estudadas em suas mais completas minudencias as razões

medida. O governo foi obrigado a suspender as disposições então promulgadas pelo decreto de 1904.

O "veto" do presidente da República solução do Congresso que beneficia a do major Valério Augusto de Amorim

Não é, absolutamente, possível executar, no prazo de 90 dias depois da publicação,

a lei, as diferentes mercadorias não es-  
tampilhadas ou estampilhadas incompleta-  
mente pelo facto de augmento ou elevação

**Ventre-Livre !**

**VENTRE-LIVRE** 60

**Remedio que cura Prisão de V**  
**tre dos Homens e das Mulher**

Estomago Sujo, a Vontade de  
gerada de Beber Agua, G  
Amargo na Boca, a Inflamm

Hemorroidal, Fastio, Ancias, Pruritos, Vomitos, Ardencia, Piorras e Doenças da Garganta.

Dores e Doenças do Estômago, do Baço, do Fígado e Intestinos.  
**Ventre-Livre** 6 também o

lhor Remedio para curar  
digestão, Vomitos e Dor de

...riga das Creanças!  
Tem Custo bom!

Quando o legislador quiser estender as possibilidades de maior rigor na aplicação

O imposto de consumo ou crear peias, emba-



ULTIMOS TELEGRAMMAS  
DOS CORRESPONDENTES  
ESPECIAIS DA "A NOITE"  
DO INTERIOR E DO  
EXTERIOR E SERVIÇO  
DA AGÊNCIA AMERICANA

# ULTIMA HORA

ULTIMAS INFORMAÇÕES  
RAPIDAS E MINUCIOSAS  
DE TODA A REPORTAGEM  
DA "A NOITE"

## OS PROJECTOS DE NATURALIZAÇÃO E REPRESSÃO AO ANARCHISMO NO SENADO

As emendas secretas...

Na ordem do dia de hoje, do Senado, figuram os dois projectos de Sr. Adolpho Gordo, um, regulando o parágrafo 5º do artigo 6º da Constituição, que dispõe sobre a naturalização de estrangeiros, e outro de repressão ao anarquismo, ambos em 2ª discussão.

O primeiro foi aprovado em 1ª discussão, depois de algumas emendas, e o Sr. Gordo requereu a sua discussão e votação o outro projecto. O Senado concedeu a urgência, mas, faltando o parecer da comissão de direito, não ter sido ainda publicado, bem como as emendas, que foram secretamente discutidas na alçada da comissão, o Sr. Gordo pediu a suspensão da sessão para que pudesse fazer um requerimento, pedindo o adiamento da discussão por 21 horas, afim de serem publicadas as emendas.

O Sr. Lopes Gonçalves abandonou nas mesmas considerações. O Sr. Gordo concordou com o adiamento e o Senado, por isso, aprovou o requerimento do Sr. Mendes de Almeida.

Art. 1º. N. 1. — Substitua-se o primeiro parágrafo pelo seguinte: A provocação ao crime de homicídio, de roubo, de furto, de incêndio, de homicídio e a supressão ou subversão da actual organização da sociedade em algum dos seus institutos legais.

Substitua-se as ultimas palavras do segundo parágrafo "contra a propriedade, contra a vida e a ordem legal" pelas seguintes: "para qualquer dos fins acima indicados".

N. 2. — Substitua-se o principio pelo seguinte:

Art. 2º. Se os crimes previstos nos artigos 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000.

## FOGO!!!

EXPLOSAO DE UMA CALDEIRA DE VERNIZ, NA FABRICA DE TINTAS SARDINHA

UM OPERARIO QUEIMADO

A fabrica de tintas Sardinha, que funciona desde 1912 em um vasto predio proprio, a rua do Senado n. 218, da firma comercial J. A. Sardinha, e presentemente dirigida pelos Srs. José da Cruz Sardinha e Orlando Sardinha, foi presa das chamas, hoje, cerca de 2 horas da tarde, devido a explosão de uma pequena caldeira onde era preparada uma porção de verniz therobentina.

Nessa caldeira, situada na área no fundo



O operario Carlos Carlos de Paula, ferido na explosão

da fabrica, entre duas galvoas que serviam de deposito a 45 toneladas de alvarelho e grande quantidade de goma arábica e fardos de papelão, quando os operarios Carlos Carlos de Paula e Sebastião Barbosa retiravam o verniz já preparado, deu-se a explosão, com grande estalido, e logo o fogo se propagou ao verniz, o que produziu densas nuvens de fumo negro.

Pelo telefonio o Sr. Orlando Sardinha procurou comunicar o sinistro ao Corpo de Bombeiros, mas o pessimo servico das telefonias não o permitiu. Não conseguindo a ligação desejada, foi o Sr. Orlando Sardinha, a correr ao Corpo de Bombeiros, pedir o socorro necessario.

Depressa o material saiu, e como perto do Corpo de Bombeiros fica o local do sinistro, logo houve o fogo, e logo o fogo se propagou ao verniz, o que produziu densas nuvens de fumo negro.

Quatro bombas a vapor, postadas na rua do Senado e na praça da Republica, foram chamadas em abundancia sobre o foco do incendio, e logo esse penoso trabalho se prolongou até ao cair da tarde.

A fabrica de tintas Sardinha, que conta 43 annos de existencia, está segura nas companhias Anglo Sul-Americana, Seguros Confiança e Previdente, num total de 300.000.000.

O operario ferido, Carlos Carlos de Paula, de 32 annos, residente a rua Jorge, na Villa Proletaria, casado e de cor pará, no momento da explosão recebeu queimaduras de 1º e 2º graus nas faces, mãos e antebraços. Depois de socorrido pela Assistencia, voltou a fabrica, onde conseguiu o socorro da assistência, e logo o fogo se apagou.

Carlos não disse que estava já prompto o verniz e quando elle e seu companheiro Sebastião Barbosa procuravam retirar o verniz da caldeira, a torção culpada e elle, mettendo um pequeno arame para desentupir o cano, deu-se a explosão. O verniz queimado não pôde mais retirar. O verniz queimado não pôde mais retirar. O verniz queimado não pôde mais retirar.

Nessa fabrica trabalhavam 120 operarios, sendo calculado em cerca de cem contos o prejuizo causado pelo incendio.

As casas da praça da Republica cujos fundos confinam com os da fabrica incendiada, são a Companhia Fomecedora de Materiaes, de n. 35 a 38. Os n. 41 e 43 são de uma casa de commodos do Sr. Amílcar Rodrigues, e o n. 45 é uma officina mecânica de automoveis, do Sr. Manoel Francisco Hipper.

No local, além da força necessaria de praças da policia e guardas civis para o cordão de isolamento, estiveram as autoridades do 12º districto, Dr. Sá Osório, respectivo delegado; escrivão Dr. Paula Mulla, e commissario Mello. Pelo lado da praça da Republica, estiveram o Sr. Francisco Loebe, do cargo de collector das rendas federaes em Concha, S. Paulo.

## REUNIU-SE A COMISSÃO DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO DO SENADO

Sob a presidência do Sr. Adolpho Gordo reuniu-se, hoje, a comissão de justiça e legislação do Senado.

O Sr. Hugo Monteiro apresentou o seu parecer, que foi aprovado, sobre o projecto que regula a concessão de licenças aos funcionários publicos, de accordo com o que ficou deliberado na reunião de ontem.

A comissão de justiça e legislação do Senado, reunida hoje, deliberou sobre o projecto de Sr. Rivaldo Corrêa que autorisa o governo a adquirir o Código Penal do Dr. Eugenio Cunha.

Os officiaes de Justiça equiparados aos promotores publicos...

Na audiência de hoje da 2ª Vara Federal, propoz o ex-official de Justiça da 4ª Pretoria Civil, Theophilo Sylvio Jones Filho, uma acção summária especial contra a União, para ser reintegrado nesse cargo, de que foi demittido pelo presidente da Corte de Appellação, a vista da representação que contra o meirinho dirigiu o Dr. Eurico Cruz, juiz da meirinharia pretoria. O autor allega que foi demittido sem causa, unicamente porque o juiz Dr. Eurico Cruz era seu inimigo. E, sustentando a illegalidade do acto, diz que o official de Justiça, sendo nomeado para funcionar enquanto bem servir, está equiparado aos promotores publicos.

Essa acção prende-se a uma irregularidade havida na 4ª Pretoria Civil, em que esse official foi acusado de não ter juntado a uns autos o auto de pagamento que fez em execução do ser penhorado, tendo a culpabilidade de Jones Filho ficado apurada pelo exame que fizeram dois habellistas num documento, que os peritos affirmam ser do proprio pulso de Jones Filho. E como este continuasse, ainda mesmo depois desse exame, a negar perante o juiz a sua intervenção no caso, foi ao presidente da Corte pedida a commissão de justiça e legislação para continuar a passar certidões que fazem fe publico.

O autor, na petição de hoje, pede a concessão da União.

## O SR. MINISTRO DA FAZENDA

SUSPENDE O PESSOAL ADMINISTRATIVO DA FAZENDA DE SANTA CRUZ

A vista das graves irregularidades apuradas pela comissão de inquerito na Fazenda Nacional de Santa Cruz, o Sr. ministro da Fazenda resolveu suspender do exercicio de suas funções o superintendente da Fazenda Nacional, Antonio de Moura Costa, o escrivão Alexandre Bispo Xavier, compromettidos nos factos irregulares ali occorridos.

A comissão de inquerito, de ordem do Dr. Honório Baptista, dirigida, provisoriamente, pelo Sr. Honório Baptista, propriamente constituida, já deu ao proprio nacional a seguinte resolução:

Um funcionario que vai ser suspenso

Ao administrador do Correio do Estado de S. Paulo, o Sr. procurador geral da Fazenda Publica requisitou seja o thesoureiro da agencia do Correio em S. Carlos, aquelle Estado, Carlos Simplicio Rodrigues, da Cunha, suspenso das funções que exerce até exhibir a certidão exigida para legalização da substituição de sua fiança, visto ser inaceitavel a publica forma exhibida.

Censura cinematografica

O Dr. Armando Vidal, 2º delegado auxiliar expediu hoje, circulares a todas as empresas cinematographicas, prevenindo-as de que não poderão exhibir filmes sem que sejam previamente censurados pela policia. Quanto a mudança dos programas, deverá proceder aviso a policia, sobre os filmes já censurados.

## A JUSTIÇA E A POLITICA

Volta aos tribunales o caso dos juizes federaes de Piahy e Goyaz

Em novembro do anno passado, os Drs. Marcello Francisco da Silva e Olympio da Silva Costa, respectivamente juizes federaes nos Estados do Piahy e de Goyaz, requereram conjuntamente ao governo a permuta dos respectivos cargos. No "Diario Officiale" de 21 desse mes appareceu publicado, no despacho colectivo, o decreto que autorisava a permuta.

Apresentaram-se os dois juizes para partir para aquellos Estados, quando, em 13 de dezembro, foram surpreendidos com a publicação no "Diario Officiale" de uma nova circular, declarando que foi por engano que saiu publicado o decreto concedendo a tal permuta, decreto que não chegou a ser assignado.

Requereram os juizes aos "habeas-corpus" perante o Supremo Tribunal Federal. Esses "habeas-corpus" foram denegados, por isso que o tribunal julga, entre outros fundamentos, que o "habeas-corpus" não era mais meo, e, afinal, hoje, os dois juizes federaes propozam pela 1ª Vara Federal uma acção summária especial contra a União, para o fim de ser annullado o acto do Dr. Dellim Moreira, presidente interino da Republica, autor com as outras sociedades commerciaes. Igualmente não pôde esta associação conservar-se silenciosa e humilde diante da iniquidade que se contém na enenda n. 14.

Nunca poderia esta corporação imaginar que o legislador brasileiro, para evitar prejuizos, que não é possível negar, na evasão do imposto de industrias e profissões, recorresse a pratica de uma iniquidade contra terceiros, que não têm a menor culpa por actos irregulares ou negligentes, commettidos por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem autorizados a estabelecer em prelo em que estes terceiros tem agora instaurar seus estabelecimentos commerciaes. A justificativa formulada para esta enenda, não reveste este caracter e, se a dita enenda, ella é antes a de uma iniquidade da falta dos processos fiscaes quando se tratava de evitar prejuizos, e não de evitar prejuizos por negligencia ou por outros, que, por isso, estivessem











peço, passados no Rio. — Peça completa — 1.000